

CONCURSO PÚBLICO

005. PROVA OBJETIVA

ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS I

ÁREA DE TRABALHO: SANEAMENTO BÁSICO (CÓD. D04)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 80 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ É vedado, em qualquer parte do material recebido, o uso de corretor de texto, de caneta marca-texto ou de qualquer outro material similar.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **06**.

A revolução digital fortalece as previsões de que as casas ou lares inteligentes oferecerão mais conveniência e menos dispêndio de energia em um futuro próximo.

A definição de conveniência para esses novos lares tecnológicos está ligada ao ganho de tempo para os moradores, com redução ou eliminação de trabalhos domésticos. Portanto, para que as edificações inteligentes tenham sucesso, elas deverão se estruturar com base nessa visão de conveniência como solução para os que vivem em um mundo acelerado e estar ancoradas em uma grande variedade de sistemas tecnológicos acessíveis e fáceis de operar, tornando a vida das pessoas mais simples.

Além da conveniência, outro relevante benefício das casas inteligentes para os consumidores é a sua capacidade de incorporar aspectos relacionados à administração do gasto de energia, principalmente com iluminação, condicionamento de ar e eletrodomésticos. Um conjunto de sensores, adequadamente configurados para gerenciar esses sistemas, pode gerar diminuição considerável nos gastos com energia, com reflexos ambientais e econômicos importantes.

O departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia desenvolveu um estudo para avaliar a economia no consumo de energia gerada com o uso de sensores inteligentes em um apartamento de um dormitório, cozinha, sala de estar, sala de jantar e banheiro. O estudo concluiu que a economia pode chegar a quase 40% do consumo médio mensal de energia.

A tendência de crescimento desse mercado é clara. A empresa de pesquisas Zion Market Research prevê que a tecnologia das casas inteligentes deve alcançar um faturamento de US\$ 53 bilhões (R\$ 170 bi) em 2022. O crescimento estará calcado, principalmente, na conexão da casa com os ambientes digitais externos, como, por exemplo, a conexão do refrigerador com os equipamentos dos fornecedores de alimentos.

Naturalmente, a tecnologia das casas inteligentes continuará a evoluir, tornando-se acessível e barata. Com isso, mais pessoas poderão utilizar-se dela, e novos padrões, modelos e estilos de vida devem se consolidar, principalmente nas áreas urbanas.

(Claudio Bernardes. Casas inteligentes trarão conveniência e reduzirão gasto de energia. *Folha de S.Paulo*. www.folha.uol.com.br. 22.01.18. Adaptado)

- 01.** Na opinião do autor, a evolução da tecnologia das casas inteligentes
- (A) deverá se tornar mais barata em centros urbanos, o que acarretará uma intensificação do êxodo rural.
 - (B) ensejará o desenvolvimento de novos hábitos, especialmente entre os moradores de áreas urbanas.
 - (C) levará a um menor gasto energético em decorrência do investimento público em fontes de energia renovável.
 - (D) permitirá que a conexão de eletrodomésticos com fornecedores de energia reduza as necessidades de consumo.
 - (E) fará com que as pessoas passem a dedicar mais tempo a atividades domésticas em seu dia a dia.
- 02.** O autor organiza sua argumentação de modo a apresentar,
- (A) nos parágrafos 2, 3 e 4, os dois principais benefícios das casas inteligentes apontados logo no parágrafo 1.
 - (B) no parágrafo 2, uma informação polêmica que é contrariada logo em seguida, no parágrafo 3.
 - (C) no parágrafo 3, uma ressalva para o que se explicita no parágrafo 2 acerca das edificações inteligentes.
 - (D) no parágrafo 1, uma opinião para a qual expõe um argumento a favor e outro contra nos parágrafos 2 e 3, respectivamente.
 - (E) no último parágrafo, uma informação que contesta o que foi exposto nos parágrafos anteriores.
- 03.** Considere a frase:
- A empresa de pesquisas Zion Market Research prevê que a tecnologia das casas inteligentes **deve** alcançar um faturamento de US\$ 53 bilhões (R\$ 170 bi) em 2022.
- Nesse contexto, a forma verbal destacada exprime ideia de
- (A) recomendação.
 - (B) obrigatoriedade.
 - (C) probabilidade.
 - (D) comprovação.
 - (E) refutação.
- 04.** Um vocábulo empregado com sentido figurado está em destaque na seguinte passagem:
- (A) ... a conexão do refrigerador com os equipamentos dos fornecedores de **alimentos**. (5º parágrafo)
 - (B) ... administração do gasto de energia, principalmente com iluminação, condicionamento de **ar** e eletrodomésticos. (3º parágrafo)
 - (C) A definição de conveniência para esses novos lares tecnológicos está ligada ao ganho de tempo para os **moradores**... (2º parágrafo)
 - (D) ... elas deverão [...] estar **ancoradas** em uma grande variedade de sistemas tecnológicos acessíveis... (2º parágrafo)
 - (E) ... outro **relevante** benefício das casas inteligentes para os consumidores... (3º parágrafo)

05. Considere o trecho:

O departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia desenvolveu um estudo...

Esse trecho está reescrito, conforme a norma-padrão, com a forma verbal na voz passiva correspondente em:

- (A) Foi o departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia que desenvolveu um estudo.
- (B) Um estudo foi desenvolvido pelo departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia.
- (C) Veio desenvolvendo um estudo o departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia.
- (D) O departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia tinha desenvolvido um estudo.
- (E) Um estudo foi que desenvolveu o departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia.

06. Após o deslocamento da expressão destacada, permanece pontuada de acordo com a norma-padrão a frase:

- (A) A tecnologia das casas inteligentes continuará a evoluir, **naturalmente**, tornando-se acessível e barata.
- (B) A tecnologia das casas inteligentes continuará a evoluir tornando-se, **naturalmente** acessível e barata.
- (C) A tecnologia das casas inteligentes continuará, **naturalmente** a evoluir tornando-se acessível e barata.
- (D) A tecnologia das casas inteligentes **naturalmente**, continuará a evoluir tornando-se acessível e barata.
- (E) A tecnologia das casas inteligentes continuará a evoluir tornando-se **naturalmente**, acessível e barata.

Leia o texto para responder às questões de números 07 e 08.

Há pessoas que têm vergonha de viver: são os tímidos, entre os quais me incluo. Desculpem, por exemplo, estar tomando lugar no espaço. Desculpem eu ser eu. Quero ficar só! grita a alma do tímido que só se liberta na solidão. Contraditoriamente quer o quente aconchego das pessoas.

E para pedir aumento de salário – a tortura. Como começar? Apresentar-se com fingida segurança de quem sabe quanto vale em dinheiro – ou apresentar-se como se é, desajeitado e excessivamente humilde.

O que faz então? Mas é que há a grande ousadia dos tímidos. E de repente cheio de audácia pelo aumento com um tom reivindicativo que parece contundente. Mas logo depois, espantado, sente-se mal, julga imerecido o aumento, fica todo infeliz.

(Clarice Lispector. Vergonha de viver. *Aprendendo a viver*. Rio de Janeiro, Rocco Digital, 2013. Adaptado)

07. A contradição que a autora identifica no comportamento dos tímidos diz respeito ao fato de

- (A) camuflarem uma segurança ao pedirem aumento de salário.
- (B) se portarem de modo desajeitado na hora de pedir aumento.
- (C) ficarem envergonhados diante do próprio fato de existirem.
- (D) desejarem permanecer igualmente isolados e acompanhados.
- (E) se sentirem oprimidos mesmo quando estão sozinhos.

08. São empregadas como sinônimas, no texto, as palavras:

- (A) reivindicativo; contundente (3º parágrafo).
- (B) vergonha; solidão (1º parágrafo).
- (C) espantado; imerecido (3º parágrafo).
- (D) alma; aconchego (1º parágrafo).
- (E) ousadia; audácia (3º parágrafo).

09. A concordância está em conformidade com a norma-padrão na frase:

- (A) Os tímidos consideram torturante ter de pedir aumento, mas o fazem por necessidade.
- (B) Muitos tímidos são capaz de tornar-se extremamente ousado em determinadas situações.
- (C) São comuns que os tímidos se culpem depois de terem se exposto em certa ocasião.
- (D) Devem haver ousadia e timidez em todos, o que muda é a forma como são vivenciadas.
- (E) Embora aos tímidos não sejam agradáveis pedir aumento, às vezes isso é necessário.

10. Assinale a alternativa em que o sinal indicativo de crase está empregado corretamente, conforme a norma-padrão.

- (A) Normalmente, não se associa ousadia à pessoas tímidas.
- (B) Muita gente relaciona timidez à uma certa atitude arrogante.
- (C) Atribui-se à timidez uma certa dificuldade em fazer amizades.
- (D) Vincula-se erroneamente aos tímidos à falta de coragem.
- (E) Para os tímidos, pedir aumento assemelha-se à alguma tortura.

11. No gráfico a seguir, constam informações sobre o número de irmãos de 25 pessoas pesquisadas. Sabe-se que as 25 pessoas não têm entre si relacionamento familiar e que os irmãos de cada entrevistado são filhos do mesmo pai e mãe.



Com base nas informações contidas no gráfico, é correto afirmar que o número de irmãos, na população pesquisada, é, necessariamente,

- (A) maior que 41 e menor que 45.
 (B) maior ou igual a 46.
 (C) menor ou igual a 40.
 (D) igual a 41.
 (E) igual a 45.
12. Em um grupo composto por 300 pessoas, o número das que são servidores públicos corresponde a quatro unidades a mais que a nona parte dos que são funcionários da iniciativa privada, e o número de pessoas que são autônomas corresponde a quatro vezes o número de servidores públicos. Se nesse grupo de pessoas há apenas os subgrupos mencionados, então a diferença entre o número de pessoas autônomas e o de servidores públicos é igual a
- (A) 66.
 (B) 45.
 (C) 39.
 (D) 72.
 (E) 57.
13. Certa quantidade x de litros de um produto, quando dividido em recipientes do tipo A, enche y recipientes, sobrando 6,4 litros. Quando essa quantidade é dividida em recipientes do tipo B, com capacidade de 12 litros cada um, enche um número de recipientes que é uma unidade a menos que y , e ainda sobram 10 litros. Em recipientes do tipo C, cada um com 11 litros, a mesma quantidade x enche um número de recipientes que é uma unidade a mais que y , sobrando 8 litros. Dessa forma, é correto afirmar que a capacidade de cada vasilhame do tipo A, em litros, é igual a
- (A) 11,6.
 (B) 11,8.
 (C) 11,9.
 (D) 11,5.
 (E) 11,7.

14. Sobre um grupo de candidatos para os cargos A, B e C, sabe-se que 30 se inscreveram para as provas de todos os três cargos, 40 se inscreveram somente para as provas dos cargos A e B, 55 se inscreveram somente para as provas dos cargos A e C, e 50 se inscreveram somente para as provas dos cargos B e C. Se 135 candidatos desse grupo se inscreveram para a prova do cargo A, 125 se inscreveram para a prova do cargo B, e 150 candidatos se inscreveram para a prova do cargo C, então é verdade que, das alternativas propostas, a que mais se aproxima da relação entre o número de candidatos que se inscreveram para uma única prova e o número total de candidatos desse grupo é

- (A) 11%.
- (B) 13%.
- (C) 19%.
- (D) 17%.
- (E) 15%.

15. Considere a sequência de figuras em que as primeiras são:

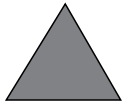


Figura 1
(triângulo)



Figura 2
(quadrado)

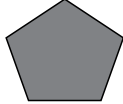


Figura 3
(pentágono)

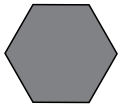


Figura 4
(hexágono)

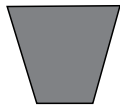


Figura 5
(trapézio)



Figura 6
(losango)

Sabendo-se que a figura 7 é igual à figura 1, a figura 8 é igual à figura 2, a figura 9 é igual à figura 3, e assim por diante, é correto afirmar que a figura 148 é um

- (A) hexágono.
- (B) triângulo.
- (C) quadrado.
- (D) losango.
- (E) pentágono.

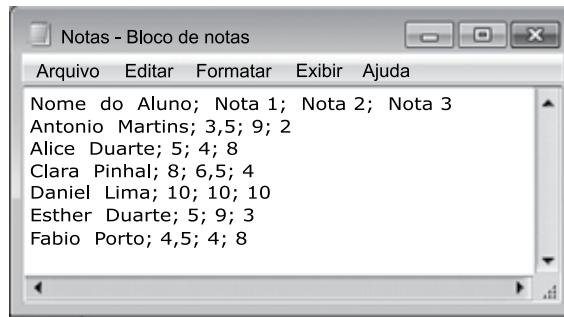
16. Considere *verdadeira* a afirmação “Se Márcia é Analista de Suporte, então Roberto é especialista em regulação” e *falsa* a afirmação “Márcia é Analista de Suporte e Roberto é especialista em regulação”.

Nessas condições, é necessariamente verdade que

- (A) Márcia é Analista de Suporte.
- (B) Márcia não é Analista de Suporte.
- (C) Roberto é especialista em regulação.
- (D) Márcia é Analista de Suporte ou Roberto não é especialista em regulação.
- (E) Roberto não é especialista em regulação.

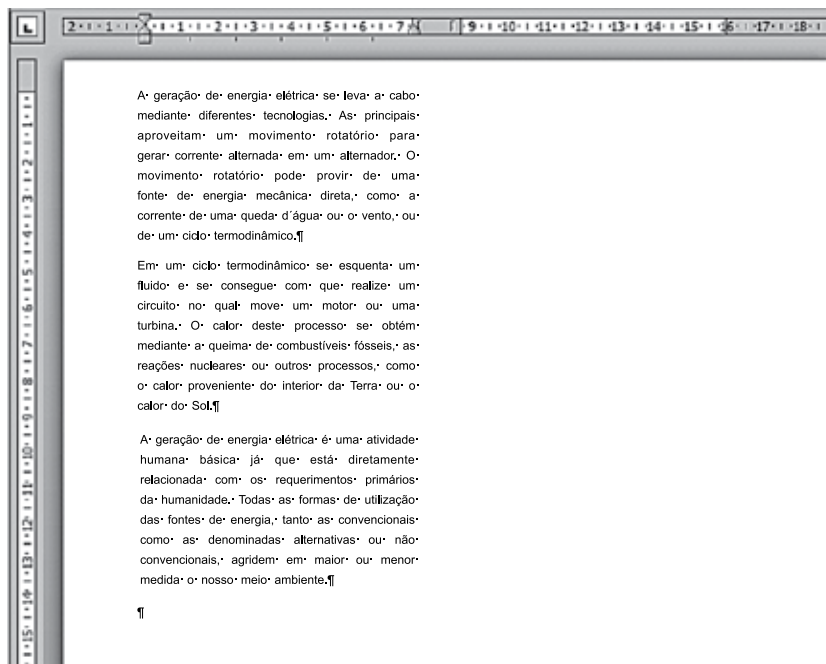
NOÇÕES DE INFORMÁTICA

17. Observe o arquivo a seguir, chamado Notas.csv, que está sendo importado pelo usuário para uma planilha no MS-Excel 2010, em sua configuração padrão, utilizando o item “De Texto”, do grupo “Obter Dados Externos”, da guia “Dados”.



Ao iniciar a importação do arquivo na primeira linha, utilizar o delimitador “ponto e vírgula” para separar os campos, definir o formato dos dados da coluna como Geral e inserir os dados em uma nova planilha, a partir da célula A1, o conteúdo da célula C4 será

- (A) 10
 - (B) 3,5
 - (C) 5
 - (D) 6,5
 - (E) 9
18. Observe a imagem a seguir, extraída do MS-Word 2010, em sua configuração original. Ela apresenta três parágrafos de um documento que está dividido em duas colunas.



Considere que os controles de quebras de página e coluna podem ser acessados no item “Quebras”, do grupo “Configurar Página”, da guia “Layout da Página”.

Ao se inserir uma quebra de coluna entre o primeiro e o segundo parágrafos,

- (A) apenas o segundo parágrafo será descolado para a segunda coluna.
- (B) apenas o segundo parágrafo será descolado para uma nova página.
- (C) os três parágrafos serão descolados para uma nova página.
- (D) o segundo e o terceiro parágrafos serão descolados para uma nova página.
- (E) o segundo e o terceiro parágrafos serão descolados para a segunda coluna.

19. Observe o Painel de Animação a seguir, extraído do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão. O slide em edição contém apenas uma forma, o Retângulo 3.



Assinale a alternativa que contém a duração da animação (em segundos) aplicada ao Retângulo 3 no segundo clique, após o usuário iniciar o modo de apresentação de slides.

- (A) 6
 - (B) 0
 - (C) 2
 - (D) 8
 - (E) 4
20. No MS-Windows-7, em sua configuração padrão, para exibir a área de trabalho, o usuário pode utilizar o atalho de teclado
- (A) Tecla do logotipo do Windows + Z
 - (B) Tecla do logotipo do Windows + D
 - (C) Ctrl+Z
 - (D) Ctrl+D
 - (E) Ctrl+A
21. Observe a tela de edição de novas mensagens do GMAIL, acessada no navegador Google Chrome, versão 64.0.3282.



O valor “95K” exibido na imagem identifica

- (A) o tamanho do arquivo anexado.
- (B) um código de acesso para abrir o arquivo.
- (C) a quantidade de vezes que a mensagem foi lida.
- (D) a quantidade de arquivos anexados.
- (E) a quantidade de vezes que a mensagem foi “curtida”.

- 22.** Nos termos da Lei Estadual nº 10.177/1998, a respeito do direito de petição, assinale a alternativa correta.
- (A) É assegurado a qualquer pessoa física, sem o pagamento de taxas, e à jurídica, mediante pagamento das custas a serem definidas pelo respectivo órgão público.
 - (B) Em nenhuma hipótese, a Administração poderá recusar-se a protocolar a petição, sob pena de responsabilidade do agente.
 - (C) O legitimado a exercê-lo deverá comprovar sua capacidade postulatória para defender seu interesse próprio ou de terceiros.
 - (D) As entidades associativas poderão exercê-lo, em defesa dos direitos dos seus membros, independentemente de autorização de seus estatutos.
 - (E) É instrumento legal contra ilegalidade ou abuso de poder e para a defesa de direitos, garantido, exclusivamente, a todo aquele que comprovar sua condição de cidadão brasileiro.
- 23.** Determinado órgão público decide vender seus bens móveis considerados inservíveis. Nessa hipótese, a Lei nº 8.666/1993 dispõe que essa venda deverá ser realizada por meio de
- (A) tomada de preços.
 - (B) concurso.
 - (C) concorrência.
 - (D) convite.
 - (E) leilão.
- 24.** A empresa “X” foi contratada pelo poder público, nos termos da Lei nº 8.987/1995, por meio de concessão para prestação de serviço público, e pretende fazer uma subconcessão do serviço contratado. Essa pretensão da empresa concessionária “X”
- (A) é possível de forma parcial, mas o contrato celebrado entre a concessionária e o terceiro estabelecerá uma nova relação jurídica entre este e o poder concedente.
 - (B) é admitida pela Lei, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.
 - (C) não é admitida pela Lei e, portanto, não pode ser autorizada pelo poder concedente, resultando em nulidade de eventual contrato de subconcessão.
 - (D) é permitida por lei, mas a outorga de subconcessão deve ser precedida de tomada de preços, com a prévia e expressa anuência do poder público.
 - (E) é permitida pela Lei, mas o subconcessionário se sub-rogará em todos os direitos e obrigações da subconcedente, não se limitando ao contrato da subconcessão.
- 25.** Segundo disposto na Lei Estadual nº 7.835/1992, na hipótese de uma concessionária de serviço público paralisar a prestação do serviço sem justa causa, a referida Lei dispõe que poderá, após procedimento sumário que assegure o direito de defesa à concessionária, ser declarada(o)
- (A) a anulação.
 - (B) a expropriação.
 - (C) o resgate.
 - (D) a caducidade.
 - (E) a encampação.
- 26.** A respeito dos consórcios públicos, a Lei nº 11.107/2005 estabelece que
- (A) os consórcios não poderão receber auxílios e subvenções de outros órgãos do governo.
 - (B) é vedada a constituição de consórcios públicos na área da saúde.
 - (C) os consórcios podem ser contratados pelos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.
 - (D) os consórcios constituídos sob a forma de associação pública não podem promover desapropriações.
 - (E) é vedada à União participar de consórcios públicos.
- 27.** No tocante à responsabilidade, o Decreto Federal nº 6.017/2007, que disciplina os consórcios públicos, dispõe que
- (A) os consórcios e os entes federados consorciados respondem solidariamente pelas obrigações do consórcio público.
 - (B) os consórcios não podem ser responsabilizados pelas obrigações assumidas, mas somente os entes federados consorciados.
 - (C) os entes federados consorciados não poderão responder pelas obrigações assumidas pelo consórcio público.
 - (D) em nenhuma hipótese, os dirigentes do consórcio público responderão pelas obrigações por ele contraídas.
 - (E) os entes da Federação consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público.

28. Supondo que a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP aplique a uma empresa privada uma sanção por descumprimento contratual, e a empresa apenas apresente um recurso administrativo, este será julgado pela

- (A) Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, que integra o Poder Executivo, no exercício de uma função atípica.
- (B) Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, que integra o Poder Executivo, no exercício de função típica.
- (C) Secretaria de Energia e Mineração, que integra o Poder Executivo, no exercício de uma função típica.
- (D) Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos ou pela Secretaria de Energia e Mineração, de acordo com o caso, no exercício de uma função típica.
- (E) Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, que integra o Poder Legislativo, no exercício de uma função típica.

29. A Constituição do Estado de São Paulo prevê expressamente um princípio pelo qual pode ser exigida proporcionalidade entre os meios de que se utilize a Administração e os fins que ela tem que alcançar. Considera-se, ainda, que essa proporcionalidade deve ser medida não pelos critérios pessoais do administrador, mas segundo padrões comuns na sociedade em que vive; e não pode ser medida diante dos termos frios da lei, mas diante do caso concreto. O conceito ora enunciado refere-se ao princípio

- (A) da motivação.
- (B) do interesse público.
- (C) da razoabilidade.
- (D) da finalidade.
- (E) da eficiência.

30. Considere a seguinte situação hipotética:

Uma pessoa encaminha pedido ao Serviço de Informação ao Cidadão da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, por meio eletrônico, solicitando cópia do contrato de metas celebrado em 2015 entre esta e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A informação solicitada, o contrato de metas, está disponível ao público em geral, em formato eletrônico, na página de internet da ARSESP.

Nesse caso, o agente público competente para responder pelo Serviço de Informação ao Cidadão deverá, nos termos da Lei Federal nº 12.527/11 e do Decreto Estadual nº 58.052/12,

- (A) indeferir o pedido do interessado, pois o acesso à informação não compreende documentos referentes à utilização de recursos públicos em contratos administrativos.
- (B) informar ao interessado, por escrito, o lugar e a forma pela qual ele poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, no caso, o endereço eletrônico em que o contrato está disponibilizado.
- (C) indeferir o pedido do interessado, por falta de interesse de agir, já que o documento solicitado se encontra disponível ao público em geral.
- (D) deferir o pedido e remeter, pela via eletrônica, ao endereço de correio eletrônico do interessado, obrigatoriamente fornecido no pedido, o arquivo que contém o contrato solicitado.
- (E) informar o endereço eletrônico em que se encontra o contrato solicitado e encerrar a demanda, mesmo que o interessado declare que não possui acesso regular e contínuo à internet.

31. Considere a seguinte situação hipotética:

A diretoria da ARSESP, composta por 5 diretores, no exercício de suas funções, tomou uma decisão colegiada que veio a causar prejuízos à Agência. No entanto, Perseu, um dos diretores, estava ausente da reunião na qual foi tomada a decisão e não declarou, oportunamente, seu desacordo com o decidido. E Hércules, outro diretor, embora presente, amparado no Regimento Interno, havia manifestado formalmente seu desacordo com essa decisão. Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei Complementar nº 1.025/2007, no tocante à responsabilidade da Diretoria, é correto afirmar que

- (A) Perseu e Hércules não poderão ser responsabilizados, sendo responsáveis solidários apenas os três outros diretores.
- (B) todos os diretores deverão responder solidariamente pela decisão que causou prejuízo à Agência.
- (C) nenhum diretor responderá pela decisão, uma vez que esta foi tomada pelo órgão colegiado, devendo apenas a ARSESP ser responsabilizada.
- (D) apenas Perseu não será responsabilizado pela decisão, porque estava ausente da reunião, mesmo que não tenha se manifestado.
- (E) apenas Hércules não será responsabilizado pela decisão, em razão da discordância formal por ele manifestada.

32. Nos termos da Lei Complementar nº 1.025/2007, é correto afirmar que a representação judicial da ARSESP, com prerrogativas processuais de Fazenda Pública, será exercida

- (A) pelo seu Vice-Diretor Jurídico.
- (B) pela sua Assessoria Técnica.
- (C) pela Procuradoria Geral do Estado.
- (D) pela Diretoria Jurídica.
- (E) pela Assessoria Jurídica.

33. No que diz respeito à cessão de empregados da ARSESP a outros órgãos ou entidades da Administração Pública, o Decreto Estadual nº 52.455/2007 estabelece que é

- (A) expressamente vedada, em qualquer caso, com ou sem remuneração.
- (B) permitida sem prejuízo da remuneração, e vedada, em qualquer caso, com prejuízo da remuneração.
- (C) vedada, exceto com prejuízo da remuneração, desde que autorizada pelo Governador.
- (D) vedada sem prejuízo da remuneração, exceto se a Diretoria declarar ser de interesse da autarquia.
- (E) permitida com ou sem prejuízo da remuneração, desde que solicitada pelo Secretário da Casa Civil.

34. Nos termos do Decreto Estadual nº 52.455/2007, com relação às decisões da Diretoria da ARSESP sobre a aplicação de multas ou outras penalidades aos prestadores de serviços regulados, é correto afirmar que

- (A) caberá recurso ao respectivo Conselho de Orientação.
- (B) caberá recurso ao Secretário Estadual de Saneamento e Energia.
- (C) não caberá recurso.
- (D) o interessado poderá solicitar revisão à própria Diretoria.
- (E) caberá pedido de parcelamento, com exclusão de multa e juros, no prazo de 15 dias da decisão definitiva.

AGÊNCIAS REGULADORAS

35. O Órgão Regulador deve possuir uma base de informações técnicas e mercadológicas de boa qualidade, para poder exercer uma regulação eficiente e garantir a prestação do serviço público adequado, com tarifas módicas em um cenário empresarial competitivo. No entanto, se houver uma assimetria de informações, a ação da agência reguladora, sem uma base de dados e informações referentes ao negócio, essencial para balizar o nível da intervenção regulatória, pode ser menos efetiva na defesa do usuário ou até mesmo gerar risco significativo de inviabilizar a prestação do serviço. Essa teoria, que explora os problemas causados pela assimetria de informações, é denominada teoria

- (A) das imperfeições do mercado.
- (B) do agente principal.
- (C) de equilíbrio dos mercados.
- (D) da captura.
- (E) da regulação.

36. O Órgão Regulador pode estabelecer metas a serem atingidas pelas empresas que atuam nos setores regulados, buscando determinar as eficiências, tanto alocativa quanto produtiva, no setor. Essa técnica de regulação é denominada
- (A) *rate of return regulation*.
 - (B) subsídio cruzado.
 - (C) controle de entrada e saída.
 - (D) controle qualitativo.
 - (E) controle de quantidade e de qualidade.
37. Suponha que ocorra uma explosão de tubulação de gás canalizado a qual passe sob uma determinada rua e que este fato cause a morte de um pedestre, que transitava pelo local e não possui fornecimento de gás encanado em seu domicílio, situado em local muito distante daquele em que ocorreu o acidente. Diante do previsto no Código de Defesa do Consumidor, a concessionária do serviço de distribuição de gás canalizado responsável pela tubulação em questão
- (A) deve responder, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados à vítima, pois a vítima do evento é equiparada ao consumidor para essa finalidade.
 - (B) deve responder pela reparação dos danos causados à vítima, mediante a demonstração de dolo ou culpa, já que a vítima do evento não pode ser equiparada ao consumidor para essa finalidade.
 - (C) não deve responder pela reparação dos danos causados à vítima, pois os serviços públicos somente são submetidos à disciplina do Código de Defesa do Consumidor se prestados diretamente pelo Estado.
 - (D) não deve responder pela reparação dos danos causados à vítima, pois os serviços públicos, sejam eles prestados diretamente pelo Estado, ou por terceiros, mediante concessão, não se submetem à disciplina do Código de Defesa do Consumidor.
 - (E) deve responder pela reparação dos danos causados à vítima, mediante a demonstração de dolo ou culpa, mas com direito de regresso em face do Poder Concedente, porque a vítima não se equipara a consumidor.
38. Sobre o Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, um dos órgãos que compõem o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, assinale a alternativa correta.
- (A) O Tribunal Administrativo, órgão julgante, tem como membros 1 (um) Presidente e 4 (quatro) Conselheiros escolhidos entre cidadãos com mais de 30 (trinta) anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico.
 - (B) No caso de renúncia, morte, ou perda de mandato do Conselheiro, o cargo permanecerá vago até o final do período correspondente ao fim do mandato.
 - (C) É permitido, ao Presidente e ao Conselheiro, emitir parecer sobre matéria de sua especialização, ainda que em tese, ou funcionar como Consultor de qualquer tipo de empresa.
 - (D) É vedado ao Presidente e aos Conselheiros, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data em que deixar o cargo, representar qualquer pessoa, física ou jurídica, ou interesse perante o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, ressalvada a defesa de direito próprio.
 - (E) Os cargos de Presidente e de Conselheiro são de dedicação exclusiva, não se admitindo qualquer acumulação, salvo as constitucionalmente permitidas.

39. Assinale a alternativa correta sobre o Programa de Leniência regulamentado na Lei que disciplina o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.
- (A) Para poderem celebrar o acordo de leniência, as pessoas físicas ou jurídicas que forem autoras de infração à ordem econômica devem colaborar efetivamente com as investigações e o processo administrativo, e, dessa colaboração, basta resultar a identificação dos demais envolvidos na infração.
 - (B) Em caso de descumprimento do acordo de leniência, o beneficiário ficará impedido de celebrar novo acordo de leniência pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de seu julgamento.
 - (C) Da colaboração das pessoas física ou jurídica, deve, efetivamente, resultar a identificação dos demais envolvidos na infração ou a obtenção de informações e documentos que comprovem a infração noticiada ou sob investigação.
 - (D) O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), por intermédio da Superintendência-Geral, poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas físicas ou jurídicas que forem autoras de infração à ordem econômica.
 - (E) O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), por intermédio do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, poderá celebrar acordo de leniência com a extinção da ação punitiva da administração pública ou a redução da penalidade aplicável.
40. Acerca dos atos de concentração, é correto afirmar que
- (A) as mudanças de controle acionário de companhias abertas e os registros de fusão, sem prejuízo da obrigação das partes envolvidas, devem ser comunicados ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Departamento Nacional do Registro do Comércio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, respectivamente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis para, se for o caso, serem examinados.
 - (B) o controle dos atos de concentração será prévio e realizado em, no máximo, 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar do protocolo de petição ou de sua emenda.
 - (C) serão permitidos os atos de concentração que impliquem eliminação da concorrência em parte substancial de mercado relevante, que possam criar ou reforçar uma posição dominante ou que possam resultar na dominação de mercado relevante de bens ou serviços.
 - (D) o Conselho Administrativo de Defesa Econômica regulamentará, por meio de Decreto, a análise prévia de atos de concentração realizados com o propósito específico de participação em leilões, licitações e operações de aquisição de ações por meio de oferta pública.
 - (E) os atos que se subsumirem ao caput do artigo 88 da Lei nº 12.529/2011 não podem ser consumados antes de apreciados, nos termos deste artigo e do procedimento previsto no Capítulo II do Título VI desta Lei, sob pena de nulidade, sendo ainda imposta multa pecuniária e aberto processo administrativo, se for o caso.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ASPECTOS INSTITUCIONAIS DO SETOR DE SANEAMENTO

41. Considere as características do setor de saneamento e suas repercussões. A difícil determinação do estado de conservação, o custo de manutenção elevado e a complexidade para detecção de vazamentos nas tubulações são repercussões
- (A) do fato de a qualidade dos produtos ser de complexa verificação pelo usuário.
 - (B) do fato de a maioria dos ativos (redes de água e esgoto) encontrar-se enterrada.
 - (C) do fato de as redes serem integradas em aglomerados urbanos.
 - (D) do custo fixo elevado.
 - (E) da mudança lenta no padrão tecnológico.
42. A regulação do setor de saneamento é necessária com a finalidade de
- (A) permitir a interferência política independentemente do ciclo eleitoral.
 - (B) não garantir a universalização do setor.
 - (C) favorecer a autonomia administrativa das empresas públicas e ampliar a participação privada.
 - (D) gerar incentivos para as práticas eficientes de gestão e não permitir a expansão do produto ou redução de tarifas.
 - (E) maximizar a qualidade dos serviços sem investimentos para a modernização.
43. A Lei Federal nº 11.445/2007
- (A) abrigou todas as formas legalmente possíveis de organização institucional dos serviços de saneamento básico.
 - (B) estabeleceu que o saneamento básico deve ser objeto de planejamento unicamente do município em qualquer cenário.
 - (C) dirimiu todas as dúvidas sobre a questão da titularidade dos serviços de saneamento básico.
 - (D) deixou de fixar as diretrizes básicas para a cobrança pela prestação dos serviços de saneamento básico.
 - (E) definiu saneamento básico como o conjunto de dois serviços públicos: abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.
44. De acordo com a Lei Federal nº 11.445/2007, é verdade que
- (A) o relacionamento entre prestadores de atividades complementares do mesmo serviço é livre.
 - (B) o relacionamento entre titulares e prestadores de serviços é por meio de contratos que não incluem a reversão de bens a eles vinculados quando do seu término.
 - (C) não fixa diretrizes para a cobrança pela prestação dos serviços de saneamento básico.
 - (D) o planejamento do saneamento básico deve ser integrado com o titular, podendo receber cooperação de outros entes da Federação.
 - (E) a prestação regionalizada de serviços de saneamento terá regulação e fiscalização independentes.
45. A Lei Federal nº 11.445/2007
- (A) não cria condições legais estáveis para a atuação de entidades e empresas.
 - (B) estabelece que a cobrança de esgoto sanitário é inversamente proporcional ao volume da água consumida.
 - (C) possibilitou a resolução gradual dos problemas ambientais decorrentes da deficiência de serviços de saneamento básico.
 - (D) não exige mecanismos de controle social e de sistema de informações sobre os mesmos.
 - (E) exige que o tratamento de esgoto seja feito para recuperar 100% das necessidades de recuperação da qualidade do corpo de água receptor.
46. Todo e qualquer ato que discipline ou organize determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impacto socioambiental, direitos e obrigações dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação, fixação e revisão do valor das tarifas e outros preços públicos denomina-se
- (A) controle social.
 - (B) prestação de serviço.
 - (C) planejamento.
 - (D) fiscalização.
 - (E) regulação.

47. O instrumento econômico de política social para viabilizar manutenção e continuidade de serviço público com objetivo de universalizar acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda, quando destinados a prestador de serviços públicos, é o subsídio
- (A) tarifário.
 - (B) indireto.
 - (C) fiscal.
 - (D) direto.
 - (E) interno.
48. A atividade drenagem urbana é considerada serviço público de
- (A) manejo das águas pluviais.
 - (B) asseio de túneis e escadarias.
 - (C) remoção de terra, areia e quaisquer materiais depositados em logradouros públicos.
 - (D) desobstrução e limpeza de bueiros e bocas de lobo.
 - (E) varrição, capina, roçada, poda em vias e logradouros públicos.
49. Da relação dos serviços públicos de saneamento básico com os recursos hídricos, é correto afirmar que
- (A) a utilização de recursos hídricos na disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos independe da outorga de direito de uso.
 - (B) mesmo em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos, o ente regulador não poderá adotar mecanismos tarifários de contingência.
 - (C) os planos de saneamento básico independem dos planos de recursos hídricos das bacias hidrográficas em que os municípios estão inseridos.
 - (D) os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.
 - (E) a prestação de serviços públicos de saneamento básico independe do uso sustentável dos recursos hídricos.
50. A respeito do contrato administrativo de concessão, é verdade que
- (A) concessão comum é aquela que envolve contraprestação pecuniária do parceiro público ao privado.
 - (B) concessão administrativa é aquela em que a Administração Pública seja usuária direta sem execução de obra e sem fornecimento de serviços.
 - (C) concessão patrocinada é aquela que envolve contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários.
 - (D) é permitida a concessão que tenha como objeto único a execução de obra pública.
 - (E) é permitida a concessão cujo período de prestação de serviço seja inferior a 5 (cinco) anos.
51. Nos contratos de parceria público-privada, é verdade que
- (A) a contraprestação não poderá ser feita por cessão de créditos não tributários.
 - (B) as obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública não poderão ser garantidas pela vinculação de receitas.
 - (C) as obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública não poderão ser garantidas pela instituição ou utilização de fundos.
 - (D) o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados pode ser superior a 35 (trinta e cinco) anos, se incluídas as prorrogações.
 - (E) a contraprestação poderá ser feita por outorga de direitos sobre bens públicos dominicais.
52. Sobre a contratação de parceria público-privada, é verdade que a abertura do processo licitatório
- (A) não está condicionada à licença ambiental prévia.
 - (B) na modalidade concorrência está condicionada à autorização da autoridade competente fundamentada em estudo técnico.
 - (C) pode ser na modalidade tomada de preços.
 - (D) não está condicionada a seu objeto estar previsto no plano plurianual.
 - (E) não está condicionada à elaboração de estimativa de impacto orçamentário-financeiro nos exercícios em que vigorar a parceria.

- 53.** O certame para a contratação de parcerias público-privadas obedecerá ao procedimento previsto na legislação vigente sobre licitações e contratos administrativos e também ao seguinte:
- (A) o edital não deve prever a possibilidade do saneamento de falhas do licitante dentro do prazo fixado no instrumento convocatório.
 - (B) o edital define a forma de apresentação de propostas, não se admitindo lances em viva voz, mesmo após a apresentação das propostas escritas.
 - (C) o julgamento poderá ser precedido de etapa de qualificação de propostas técnicas.
 - (D) o julgamento poderá adotar critérios como a combinação do oferecimento do maior valor de contraprestação a ser paga pela Administração Pública com a proposta de melhor técnica.
 - (E) o julgamento não poderá desqualificar o licitante que oferecer menor valor de contraprestação a ser paga pela Administração Pública.
- 54.** Segundo a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é direito e é dever do administrado, nesta ordem,
- (A) proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé; conhecer decisões proferidas.
 - (B) não agir de modo temerário; fazer-se assistir, facultativamente, por advogado.
 - (C) prestar informações que lhe forem solicitadas; colaborar para o esclarecimento dos fatos.
 - (D) formular alegações e apresentar documentos; expor os fatos conforme a verdade.
 - (E) ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado; ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores.
- 55.** A racionalização na prestação de serviços exigida dos agentes públicos e prestadores de serviços públicos é um direito
- (A) da ouvidoria e da comissão de ética.
 - (B) da economicidade.
 - (C) à qualidade do serviço.
 - (D) à informação.
 - (E) ao controle adequado do serviço.
- 56.** A outorga dos direitos de uso de recursos hídricos e o enquadramento dos corpos de água em classes segundo os usos preponderantes da água são
- (A) instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos.
 - (B) diretrizes gerais de ação.
 - (C) planos de recursos hídricos.
 - (D) fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos.
 - (E) objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos.
- 57.** De acordo com a Lei nº 12.305/2010, o processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes, denomina-se
- (A) logística reversa.
 - (B) reutilização.
 - (C) gerenciamento de resíduos sólidos.
 - (D) manejo de resíduos sólidos.
 - (E) reciclagem.
- 58.** Os municípios com população total inferior a vinte mil habitantes poderão adotar um plano simplificado de gestão de resíduos sólidos que deve
- (A) definir meta de coleta seletiva, mesmo sendo um município de área de interesse turístico.
 - (B) identificar a possibilidade de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros municípios.
 - (C) proibir a participação de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.
 - (D) definir meta de reciclagem de resíduos, mesmo que o território abranja unidade de conservação.
 - (E) evitar estabelecer regras para transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos.

59. O estabelecimento de normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais do Estado de São Paulo compete privativamente
- (A) à União.
 - (B) à Assembleia Legislativa de São Paulo.
 - (C) à Câmara Municipal de São Paulo.
 - (D) ao Estado de São Paulo.
 - (E) ao Município de São Paulo.
60. O texto da Portaria Interministerial nº 571/2013 define que o Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB) será revisado periodicamente em prazo não superior a
- (A) 3 anos.
 - (B) 10 anos.
 - (C) 5 anos.
 - (D) 4 anos.
 - (E) 2 anos.

ASPECTOS TÉCNICOS DO SETOR DE SANEAMENTO

61. Segundo o disposto no Anexo XX, da Portaria Consolidada nº 5/2017 do Ministério da Saúde, com relação às características físicas, químicas e bacteriológicas da água potável, é correto afirmar:
- (A) A contagem de bactérias heterotróficas deve ser realizada em 50% das amostras mensais para análise de coliformes fecais totais nos sistemas de distribuição (reservatório e rede).
 - (B) Os sistemas de abastecimento e soluções alternativas coletivas de abastecimento de água que utilizam mananciais superficiais devem realizar monitoramento diário de *Escherichia coli* no(s) ponto(s) de captação de água.
 - (C) As análises laboratoriais para controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano podem ser realizadas em laboratório próprio, conveniado ou subcontratado, desde que se comprove a existência de sistema de gestão da qualidade, conforme os requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025:2005.
 - (D) É obrigatória a manutenção de, no mínimo, 2,0 mg/L de cloro residual livre ou 0,2 mg/L de cloro residual combinado ou de 2,0 mg/L de dióxido de cloro em toda a extensão do sistema de distribuição (reservatório e rede).
 - (E) Os responsáveis pelo controle da qualidade da água de sistemas ou soluções alternativas coletivas de abastecimento de água para consumo humano, supridos por manancial superficial e subterrâneo, devem coletar amostras anuais da água bruta, preferencialmente no ponto de captação, para avaliação de risco à saúde humana.
62. As águas doces, salobras e salinas do Território Nacional são classificadas segundo a qualidade requerida para os seus usos preponderantes. As águas doces são classificadas em classe:
- (A) 2, aquelas que podem ser destinadas ao abastecimento para consumo humano, com desinfecção, à preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas e à preservação dos ambientes aquáticos em unidades de conservação de proteção integral.
 - (B) 4, quando são águas destinadas à navegação e à harmonia paisagística.
 - (C) especial, destinadas ao abastecimento para consumo humano, após tratamento simplificado, à proteção das comunidades aquáticas, à recreação de contato primário, à irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que se desenvolvem rentes ao solo e que são ingeridas cruas, sem remoção de película, e à proteção das comunidades aquáticas em terras indígenas.
 - (D) 3, quando destinadas ao abastecimento para consumo humano, após tratamento simplificado, à proteção das comunidades aquáticas, à recreação de contato primário, à irrigação de hortaliças, plantas frutíferas e de parques, jardins, campos de esporte e lazer e à aquicultura.
 - (E) 1, quando podem ser destinadas ao abastecimento para consumo humano, após tratamento avançado, à irrigação de culturas arbóreas, cerealíferas e forrageiras, à pesca amadora, à recreação de contato secundário e à dessedentação de animais.

- 63.** Os sistemas de microdrenagem incluem a coleta e o afastamento das águas superficiais ou subterrâneas através de pequenas e médias galerias, fazendo ainda parte do sistema todos os componentes do projeto. São obras em cujo projeto são adotadas vazões produzidas por eventos hidrológicos com 2,5 e, no máximo, 10 anos de período de retorno. Como exemplo de constituintes de um sistema de microdrenagem urbana, é correto citar:
- (A) diques e estações de bombeamento, como solução tradicional de controle localizado de enchentes em áreas urbanas que não possuam espaço para amortecimento da inundação.
 - (B) bacias de amortecimento para acúmulo temporário das águas pluviais e galerias de grande porte, canais e rios com dimensionamento para grandes vazões e com maiores velocidades de escoamento.
 - (C) a rede de drenagem natural, existente antes da ocupação, são, por exemplo, obras de retificação ou de canalização dos corpos aquáticos.
 - (D) bocas de lobo, dispositivos localizados em pontos convenientes, nas sarjetas, para captação das águas pluviais, localizados em pontos pouco a montante de cada faixa de cruzamento usada pelos pedestres, junto às esquinas.
 - (E) desassoreamento das calhas dos rios e canais por meio de obras de limpeza e remoção de sedimentos acumulados para o aumento da capacidade de escoamento das águas.
- 64.** O parâmetro *coliformes totais* em água tratada para consumo humano, coletada na saída do tratamento, é um indicador de
- (A) contaminação fecal.
 - (B) integridade do sistema de distribuição.
 - (C) contaminação por dejetos humanos.
 - (D) manutenção do reservatório.
 - (E) eficiência do tratamento.
- 65.** Os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados diretamente no corpo receptor, desde que obedeçam às condições e aos padrões previstos no artigo 16 da Resolução CONAMA nº 430/2011, como:
- (A) materiais sedimentáveis até 1 mL/L em teste de 1 hora em cone *Inmhoff*, mas em lagos e lagoas com baixa circulação estes deverão estar virtualmente ausentes.
 - (B) ausência de materiais flutuantes e remoção mínima de 30% de DBO.
 - (C) temperatura inferior a 20 °C, desde que a variação de temperatura do corpo receptor não exceda a 5 °C no limite da zona de mistura.
 - (D) óleos minerais até 50 mg/L e óleos vegetais e gorduras animais até 100 mg/L.
 - (E) pH entre 3 e 11.
- 66.** As ações, em conjunto, de redução de pressão, redução do tempo de reparo, qualidade dos materiais e da mão de obra e controle do nível dos reservatórios aplicam-se a vazamentos:
- (A) subterrâneos, não aflorantes, de baixa vazão e ocorrentes nos cavaletes.
 - (B) aflorantes e não detectáveis por métodos acústicos de pesquisa.
 - (C) não visíveis de alta vazão e não aflorantes.
 - (D) não aflorantes, visíveis e detectáveis por meio acústico de pesquisa.
 - (E) visíveis, aflorantes ou ocorrentes nos cavaletes com extravasamento nos reservatórios.
- 67.** A distribuição de água potável, a coleta e o tratamento de esgoto, o manejo e a disposição adequada dos resíduos sólidos e a drenagem das águas pluviais são aspectos essenciais do saneamento básico, uma das chaves para a melhoria da qualidade de vida. O entendimento da importância das relações entre a ausência de coleta e tratamento de esgotos aliada à disposição inadequada dos resíduos sólidos é essencial para prevenção de doenças como
- (A) giardíase, amebíase e varicela.
 - (B) raiva, sífilis e toxoplasmose.
 - (C) febre tifoide, ascaridíase e cólera.
 - (D) esquistossomose, sarampo e tuberculose.
 - (E) influenza, dengue e coqueluche.

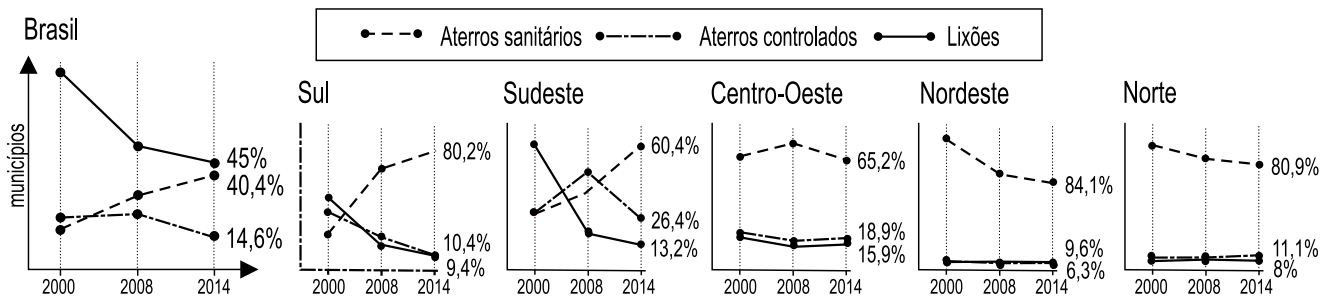
- 68.** Com relação aos constituintes de sistemas de abastecimento de água potável, é correto afirmar que
- (A) o reservatório de acumulação visa uniformizar a adução para o sistema e disponibilizar maior auxílio no combate a incêndios.
 - (B) em reservatórios apoiados ou elevados devem ser instaladas cortinas, a fim de evitar pontos onde a água não sofra movimentação.
 - (C) a adução por gravidade é realizada utilizando-se um meio elevatório qualquer.
 - (D) um reservatório de distribuição de montante está localizado entre a captação e a rede de distribuição.
 - (E) o uso de madeira para construção é adequado para reservatórios enterrados.
- 69.** Nos sistemas sanitários de esgotamento, as estações elevatórias
- (A) encaminham o esgoto para extremidade montante do destino final.
 - (B) somente estão presentes em condições específicas, como por exemplo, tubulações de esgoto muito profundas.
 - (C) correspondem ao conjunto da rede coletora em ligações prediais.
 - (D) recebem o esgoto em pontos determinados e tem por função evitar o lançamento direto nos corpos d'água.
 - (E) são utilizadas quando o esgotamento por gravidade é possível.
- 70.** As características dos resíduos sólidos influenciam no planejamento do sistema de limpeza urbana, assim o conhecimento de sua compressibilidade é importante para
- (A) a fabricação de inibidores de cheiro e de aceleradores e retardadores da decomposição da matéria orgânica presente no lixo.
 - (B) o cálculo da produção de chorume e o correto dimensionamento do sistema de coleta de percolados.
 - (C) o dimensionamento de veículos coletores, estações de transferência com compactação e caçambas compactadoras estacionárias.
 - (D) indicar o grau de corrosividade dos resíduos coletados, servindo para estabelecer o tipo de proteção contra a corrosão a ser usado em veículos, equipamentos, contêineres e caçambas metálicas.
 - (E) orientar a forma mais adequada de acondicionamento, coleta e tratamento para os resíduos sólidos.
- 71.** Um bom veículo de coleta de lixo domiciliar deve possuir as seguintes características:
- (A) não permitir derramamento do lixo ou do chorume na via pública.
 - (B) possibilitar esvaziamento simultâneo de pelo menos dez recipientes por vez.
 - (C) apresentar taxa de compactação de pelo menos 10:1, ou seja, cada 10 m³ de resíduos ficarão reduzidos, por compactação, a 1 m³.
 - (D) ter altura de carregamento na linha do tórax dos garis, ou seja, no mínimo a 1,50 m de altura em relação ao solo.
 - (E) possuir sempre carregamento dianteiro.
- 72.** Assinale a alternativa correta com relação à cor e ao tipo de resíduo sólido.
- (A) Vermelha: resíduos perigosos.
 - (B) Verde: madeira.
 - (C) Azul: vidros.
 - (D) Laranja: plástico.
 - (E) Marrom: resíduos orgânicos.
- 73.** Entre os aspectos econômicos destacados no abastecimento de água para consumo humano, é correto citar:
- (A) desenvolver hábitos higiênicos na população.
 - (B) atuar sanitariamente de forma eficaz na limpeza pública.
 - (C) propiciar conforto, bem-estar e segurança à população.
 - (D) aumentar a vida média produtiva da população pela redução da mortalidade.
 - (E) facilitar as práticas desportivas.

- 74.** Legalmente a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente destacam que quanto à poluição do solo:
- (A) o tratamento, o transporte e a disposição de resíduos de qualquer natureza, de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, sempre deverão ser feitos pela própria fonte de poluição.
 - (B) o solo somente poderá ser utilizado para destino final de resíduos de qualquer natureza, desde que sua disposição seja feita de forma adequada, estabelecida em projetos específicos de transporte e destino final, ficando vedada a simples descarga ou depósito, seja em propriedade pública ou particular.
 - (C) é permitido depositar, dispor, descarregar, enterrar, infiltrar ou acumular no solo resíduos, em qualquer estado da matéria, desde que os poluentes sejam previamente analisados pelas secretarias municipais de saúde.
 - (D) será tolerada a acumulação temporária de resíduos de qualquer natureza, na fonte de poluição ou em outros locais, se o gerador e o órgão ambiental competente avaliarem haver ausência de perigo iminente.
 - (E) os resíduos portadores de patógenos, ou de alguma toxicidade, bem como inflamáveis, explosivos e radioativos poderão sofrer, antes de sua disposição final no solo, tratamento adequado, se necessário, de acordo com a avaliação do gerador.
- 75.** A fim de execução do Plano de Emergência para episódios críticos de poluição do ar, que visa coordenar o conjunto de medidas preventivas a cargo do Governo do Estado, e dos Municípios, objetivando evitar graves e iminentes riscos à saúde da população, ficam estabelecidos os níveis de Atenção, de Alerta e de Emergência. Será declarado o Nível de Emergência quando, prevendo-se a manutenção das emissões, bem como condições meteorológicas desfavoráveis à dispersão dos poluentes nas 24 horas subsequentes, for atingida a concentração de
- (A) monóxido de carbono (CO), média de 8 horas, de 34 000 microgramas por metro cúbico.
 - (B) dióxido de carbono (CO₂), média de 8 horas, de 46 000 microgramas por metro cúbico.
 - (C) material particulado, média de 24 horas, de 875 microgramas por metro cúbico.
 - (D) dióxido de enxofre (SO₂), média de 24 horas, de 1 600 microgramas por metro cúbico.
 - (E) oxidantes fotoquímicos, média de 1 hora, expressa em ozona, de 800 microgramas por metro cúbico.
- 76.** Em terrenos acidentados, nos quais os coletores-tronco, que recebem coletores secundários, se encontram em fundos de vales, geralmente o sistema de esgotamento apresenta traçado, em relação ao corpo receptor, tipo
- (A) leque.
 - (B) radial.
 - (C) paralelo.
 - (D) distrital.
 - (E) perpendicular.
- 77.** Segundo a Resolução CONAMA 357/2005, as águas salobras de classe 1 observarão as seguintes condições e padrões:
- (A) tolerância de iridescências de óleos e graxas.
 - (B) carbono orgânico total até 10,0 mg/L, como C.
 - (C) pH entre 4 e 10.
 - (D) oxigênio dissolvido em qualquer amostra não inferior a 10 mg/L de O₂.
 - (E) materiais flutuantes virtualmente ausentes.
- 78.** São características das perdas aparentes em redes de distribuição de água:
- (A) perda de receita do prestador de serviço e necessidade de ampliação dos mananciais.
 - (B) repasse dos custos para a tarifa e incitamento a roubos e fraudes por parte da população.
 - (C) erros na medição e hidrômetros não calibrados.
 - (D) aumento no custo da produção e desperdício do recurso hídrico.
 - (E) ineficiência do prestador de serviço e desincentivo ao uso racional.
- 79.** Em um sistema coletivo de tratamento de esgotos, a remoção de matéria orgânica dissolvida ou em suspensão ocorre em nível
- (A) quaternário, em flotores.
 - (B) preliminar, por gradeamento.
 - (C) terciário, em biodigestores anaeróbios.
 - (D) primário, em caixas de areia.
 - (E) secundário, em tanques de aeração.

80. Leia os gráficos a seguir.

Onde estão os lixões, aterros controlados e aterros sanitários

Gráficos mostram que a desigualdade entre as regiões também é grande quando se trata de resíduos sólidos



(Albino Rodrigues Alvarez, Ipea, 2014)

A partir da análise dos gráficos, é correto afirmar que

- (A) o Brasil cumpriu a legislação quanto à disposição de resíduos sólidos, depositando-os 100% em aterros sanitários desde 2014.
- (B) constata-se que na região Norte do país houve significativa modificação na porcentagem de deposição de resíduos sólidos em locais legalmente determinados.
- (C) as regiões Sul e Sudeste apresentaram os melhores indicadores quanto ao atendimento da legislação referente à deposição final de resíduos sólidos.
- (D) a porcentagem de aterros controlados aumentou ao longo do período amostrado em todas as regiões brasileiras.
- (E) o Centro-oeste e o Nordeste brasileiro ainda apresentavam, em 2014, cerca de 80% de lixões para disposição final de resíduos sólidos.